

ENTRE A COMUNIDADE E A CIDADE: DESLOCAMENTO E TRAJETÓRIAS DE MULHERES INDÍGENAS NA CIDADE DE BOA VISTA (RORAIMA, BRASIL)¹

NATHALIA BIANCA DA SILVA MARTES²

UFRR, BRASIL

<https://orcid.org/0000-0001-6406-0203>

MELINA CARLOTA PEREIRA³

UFRR, BRASIL

<https://orcid.org/0009-0000-4420-4425>

RESUMO: *Tendo em vista que o contexto urbano da cidade de Boa Vista, capital de Roraima, possui uma presença significativa de indígenas de diversas etnias, o presente artigo tem como objetivo mostrar as experiências sociais de mulheres indígenas que passaram por processos de deslocamento entre suas comunidades de origem, localizadas na República Cooperativa da Guiana, para o Brasil, fixando residência em Boa Vista e construindo suas trajetórias pessoais e coletivas. Os dados partem das entrevistas realizadas com mulheres indígenas das etnias Macuxi e Wapichana, que saíram de suas comunidades por diversos motivos, dos quais se destacam a busca por trabalho, educação e melhores condições de vida. São mulheres que vivem na capital roraimense desde as décadas de 1980/1990 e que demonstram em suas narrativas experiências vividas entre o deslocar e o viver dentro do contexto urbano, destacando a chegada à cidade e a inserção no trabalho doméstico, bem como a entrada no espaço de vivência coletiva e sua participação em associações indígenas que estimulam a reprodução de manifestações culturais.*

PALAVRAS-CHAVE: *Mulheres indígenas, contexto urbano, afirmação indígena.*

ABSTRACT: *Given that the urban context of the city of Boa Vista, capital of Roraima, has a significant presence of indigenous people of various ethnicities, this article aims to show the social experiences of indigenous women who have gone through displacement processes between their communities of origin, located in the Cooperative Republic of Guyana, to Brazil, establishing residence in Boa Vista and building their personal and collective trajectories. The data is based on interviews with indigenous women of the Macuxi and Wapichana ethnic groups, who left their communities for several reasons: the search for work, education and better living conditions are some of the reasons that stand out. They are women who have lived in the capital of Roraima since the 1980s/1990s, and who, in their narratives, demonstrate experiences lived between displacing and living within the urban context, highlighting the arrival in the city and the insertion in domestic work, as well as the entry into the space of collective living and their participation in indigenous associations that stimulate the reproduction of cultural manifestations.*

KEYWORDS: *Indigenous women, urban context, indigenous affirmation.*

¹ Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

² Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Roraima. E-mail: nathalia_martes@hotmail.com

³ Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Roraima. E-mail: melina27pereira@hotmail.com

MARTES, Nathalia Bianca da Silva; PEREIRA, Melina Carlota. Entre a comunidade e a cidade: deslocamento e trajetórias de mulheres indígenas na cidade de Boa Vista (Roraima, Brasil). *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 326-340, jan./abr. 2023.

Introdução

Caracterizada por uma grande diversidade cultural e étnica, a cidade de Boa Vista, capital de Roraima, se torna palco de lutas por visibilidade e afirmação social entre os grupos ali existentes. Nesse cenário, os povos indígenas também procuram se afirmar perante a sociedade envolvente, utilizando-se de várias estratégias na busca por visibilidade. Ser indígena da cidade⁴ significa enfrentar inúmeros desafios na luta pela garantia de direitos reconhecidos por leis e tratados, como na Constituição Federal de 1988 e na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Além disso, a cidade também se apresenta como um lugar legítimo para a manifestação da indianidade, no exercício de saberes e práticas culturais e como um desafio na construção de uma vida digna. Ainda, a presença indígena no contexto urbano é um assunto que diz respeito mais às organizações não governamentais do que a governos, que se traduz na ausência de políticas públicas voltadas aos indígenas que vivem na cidade.

Os indígenas que vivem em Boa Vista são representantes de povos que têm uma longa experiência de contato com a sociedade envolvente. Habitantes de uma tríplice fronteira, Brasil/Guiana/Venezuela, desde a segunda metade do século XVIII, enfrentam processos de violência, escravização e territorialização (FARAGE, 1991). Com o advento dos Estados nacionais, esses povos foram encapsulados em fronteiras nacionais com regras que dificultavam seus deslocamentos por territórios que antes eram de livre acesso, pois seguiam outras lógicas, como aquelas do parentesco, dos rituais, das trocas de objetos e matrimoniais, entre outras (RIVIÉRE, 2005). Todavia, a despeito das regras impostas pelos Estados nacionais, os povos indígenas continuam os deslocamentos que seus ancestrais costumavam fazer.

O deslocamento de indígenas para a cidade de Boa Vista é, na maioria dos casos, motivado pela busca de trabalho, assistência à saúde, educação superior e outros; ademais, a vinda para a cidade tem ocasionado a eles situações de discriminação e preconceito, relativas ao seu modo de vida, moradia precária em bairros periféricos e dificuldades de acesso a serviços públicos essenciais (SOUZA e REPETTO, 2007; FERRI, 1990).

Esse artigo tem como objetivo mostrar as experiências sociais de mulheres indígenas Macuxi e Wapichana, membros da Associação Cultural Indígena Kapóí, que se deslocaram de suas comunidades localizadas na Guiana rumo a cidade de Boa Vista, entre as décadas de 1980 e 2000, onde fixaram residência e construíram suas trajetórias pessoais e coletivas. Os dados apresentados resultam da experiência de pesquisa entre os anos de 2014 e 2016 na referida associação.

⁴ Termos como índios urbanos, índios citadinos, “cabocos”, desaldeados, entre outros são comumente utilizados, principalmente por não-indígenas e agentes do Estado, para caracterizar os indígenas que vivem fora de suas aldeias. Utilizamos o termo indígenas da cidade por ser dessa forma que os indígenas se definem em meio ao contexto urbano, de acordo com a Organização dos Indígenas da Cidade – ODIC.

As mulheres apoiam suas sobrevivências, principalmente, no emprego doméstico e na produção de artesanato; este último é um dos recursos utilizados por indígenas como meio de subsistência ou complemento de renda, além de ser uma das estratégias de afirmação de identidade dos povos indígenas. Realizaram-se entrevistas semiabertas com grupo de mulheres nas visitas feitas à sede da associação Kapóí nos dias em que ocorriam os encontros destinados à confecção do artesanato, nas quartas e sábados.

A Associação Cultural Indígena Kapóí foi criada em 2003 por três indígenas – dois Wapichana e uma Macuxi – com o objetivo de estimular a manifestação das práticas culturais indígena no contexto urbano da cidade de Boa Vista. O termo KAPÓI provem da língua Macuxi – do tronco linguístico Karib – que significa lua, símbolo escolhido para representar a associação. Em comum com outras organizações indígenas, a Associação Cultural Indígena Kapóí luta por direitos dos povos indígenas de Roraima no acesso a políticas públicas, de educação, saúde, moradia, reconhecimento étnico, valorização e respeito da sociedade nacional relativos às práticas culturais indígenas, tudo isso através de manifestações culturais em que procuram mostrar a beleza e a importância de tais manifestações na constituição histórica e social de Roraima.

A vinda para cidade: motivos e circunstâncias para o deslocamento

Oriundas de comunidades indígenas na Guiana, próximas da fronteira com o Brasil, as mulheres indígenas entrevistadas resgatam na memória o motivo que as levou a se deslocarem a primeira vez para o lado brasileiro. De maneira comum e sem entrar em detalhes, todas as mulheres vieram para o Brasil com a intenção de trabalhar em casas de família como empregada doméstica. As circunstâncias de deslocamento de cada uma são específicas. No entanto, percebemos que em grande parte elas vêm acompanhadas de seus pais ou cônjuges, seja a pé, de bicicleta ou de carona.

De acordo com trabalhos que se dedicaram aos povos indígenas na região da fronteira Brasil/Guiana (SANTILLI, 1989; FARAGE, 1994; BAINES, 2012), os indígenas atualmente procuram o lado brasileiro não apenas em busca de emprego, mas também em busca de qualidade de vida, uma vez que o Brasil dispõe de melhores condições de assistência se comparado com a Guiana, onde as políticas públicas direcionadas aos povos indígenas ainda são incipientes ou em construção.

O contexto de deslocamento das mulheres indígenas está associado, entre outros motivos, à escassez de bens e serviços nas terras indígenas. De acordo com as mulheres, as comunidades de origem sofriam com a falta de oportunidades de trabalho, pois lá a roça e a criação de animais eram o único meio de subsistência. No entanto, a falta de feiras próximas das comunidades, dada a ausência de meios de levar sua produção para a cidade mais próxima, tornava a vida “difícil” por

conta da falta de recursos para adquirir bens essenciais como sal, açúcar, roupas, material escolar dentre outras coisas destacadas por elas que, além disso, também apontaram a incipiência de políticas públicas direcionadas à população indígena na região.

O lado brasileiro é fácil e mais perto se comparado à capital da Guiana, Georgetown, e, além disso, ir até a capital torna-se difícil por não haver, até então, ônibus saindo da região fronteira que faça esse trajeto. Destacam-se, ainda, as condições diferenciadas de assistência no Brasil, como já foi observado. Baines (2012) entrevistou indígenas que vivem em Lethem (Guiana) e comunidades vizinhas, nas quais muitos indígenas demonstraram a insatisfação com governo da Guiana e não veem futuro para os povos indígenas. Ademais, “olham para Brasil como um grande sucesso econômico para escaparem da pobreza acentuada e dos conflitos políticos e interétnicos” (Baines, 2012, p. 146).

Antes de optarem por se fixar de forma permanente em Boa Vista, algumas mulheres transitavam constantemente entre a comunidade de origem, comunidades de familiares no Brasil e a cidade de Boa Vista. Ora cuidavam da roça, ora exerciam afazeres domésticos ou ajudavam seus respectivos maridos nos empregos que conseguiam na capital roraimense e em fazendas próximas da cidade.

O deslocamento de mulheres indígenas da comunidade para a cidade também alavanca mudanças nas relações de gênero, em que o contexto urbano acaba possibilitando novas experiências e novos modos de vida. Mediante essa situação, as mulheres procuram se equipar de estratégias para sobreviver e preservar seus modos culturais em meio à sociedade nacional. De acordo com Lasmar (2005), a comunidade e a cidade representam, para os indígenas, modos distintos de existência que organizam modos de vida diversos. Para ela, o deslocamento de indígenas para a cidade é um fato que está a cada dia se tornando mais intenso e que a vida na comunidade é uma referência simbólica.

Nos processos de deslocamento, a chegada à cidade ainda é incerta, de tal forma que as mulheres procuram os parentes que já residem nesse espaço para dar início às suas vidas no contexto urbano. Todas as mulheres indígenas entrevistadas tinham familiares que já residiam na cidade ou em comunidades próximas. É com o apoio dos parentes que as recém-chegadas à cidade podem contar para ter um lugar para ficar e conseguir emprego. A oportunidade de contar com um parente facilita suas inserções no contexto urbano e logo começam a trabalhar em empregos que os parentes lhes indicam. Antes mesmo de se estabelecerem na cidade, recorrem a parentes que vivem em comunidades próximas à capital roraimense, como as da região da Serra da Lua⁵. Sobre essa situação Melo (2013) destaca:

Em relação às famílias indígenas que atualmente se fazem presentes na cidade, atentamos para o fato de que as mesmas disponibilizam suas casas para aqueles que,

⁵ Demarcada em formato de ilhas, a região da Serra da Lua é formada por nove Terras Indígenas (totalizando 32 comunidades indígenas) próximas da fronteira com a Guiana.

MARTES, Nathalia Bianca da Silva; PEREIRA, Melina Carlota. Entre a comunidade e a cidade: deslocamento e trajetórias de mulheres indígenas na cidade de Boa Vista (Roraima, Brasil). *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 326-340, jan./abr. 2023.

por diversas razões, necessitam sair de suas comunidades e se estabelecer temporariamente em Boa Vista. A existência das instituições e organizações voltadas para a defesa dos indígenas cuja sede se encontra na capital, também se mostra fator de constante fluxo entre a comunidade e a cidade. (MELO, 2013, p. 127).

É constante esse contato entre as fronteiras Brasil/República Cooperativa da Guiana que os indígenas fazem questão de manter. Em períodos de fim de ano e férias, é comum ver jovens e crianças passando temporadas em Boa Vista, mas também ocorre o inverso, isto é, dos que vivem na cidade de irem para o “interior”, termo que usam para designar as comunidades que estão em áreas rurais e terras indígenas demarcadas. Assim, os laços familiares são sempre renovados e o modo de viver em comunidade nunca é esquecido.

O fato de poder contar com o apoio de algum familiar também pode ser considerado como um fator responsável pelo processo de saída da comunidade para o contexto urbano. Nesse novo espaço a família se torna uma rede de apoio, na qual a casa do parente se converte em um espaço que dá sentido às relações familiares que, de acordo com Marcelin (1999), se tornam uma referência permanente para os recém-chegados e uma matriz simbólica da coletividade familiar.

De tal forma, são perceptíveis a importância e a força que têm os laços de parentesco indígena, principalmente para as mulheres indígenas, o que reforça o papel da vida na comunidade como referência simbólica contexto urbano.

Ser mulher indígena: lembranças da comunidade

Estando na cidade, as mulheres indígenas entrevistadas narram as lembranças de suas vivências em suas comunidades de origem, na Guiana, como, talvez, uma forma de externar a saudade por meio de recordações do lugar de onde vieram e das experiências que ali viveram. De acordo com Lasmar (2005), a comunidade é um espaço de sociabilidade onde os valores de parentesco sustentam as relações de convivência, onde os moradores se concebem como um só corpo simbólico: “todos devem se tratar como parentes, isso significa, antes de mais nada, compartilhar alimentos, bens e propósitos” (LASMAR, 2005, p. 66).

Assim, em suas narrativas, foi evidenciado que na comunidade as mulheres são ensinadas desde pequenas a como dominar os afazeres domésticos e cuidar da roça. Trata-se de ensinamentos muito importantes, pois a partir daí elas podem construir suas vidas e se tornarem adultas responsáveis e aptas para a vida conjugal, dominando habilidades necessárias para quando casarem, tais como fiar, fazer

damurida⁶, fazer beiju, farinha, caxiri⁷, entre outras coisas pontuadas pelas mulheres indígenas. A esfera doméstica para as mulheres indígena é um lugar de poder, lugar de seu domínio, pois poder alimentar sua família é visto por muitas mulheres como algo prazeroso e de prestígio.

A transmissão dos saberes para as crianças é a chave da conservação da tradição indígena, que são conhecimentos produzidos de forma coletiva e transmitidos oralmente de uma geração a outra. É pelos seus conhecimentos que são respeitados enquanto pessoas pertencentes a uma comunidade específica, como Geertz (2008) salienta: é o domínio de um código socialmente estabelecido. Por isso que os mais velhos são os mais respeitados, porque têm mais experiência e mais conhecimento.

Nas comunidades, em geral, a identidade sexual e a relação entre os indígenas são marcadas pela divisão das atividades produtivas. Os homens são responsáveis pela caça e pesca, pela derrubada e preparo das roças; as mulheres pelo plantio dos alimentos e pela confecção da comida cotidiana e ritual. As atividades diárias e de trabalho no cotidiano indígena são divididas sexualmente porque tal divisão de tarefas nas sociedades indígenas, como observa Lasmar (2005), “viabiliza a matriz simbólica para a formação de identidades sexuais”. Até para casar existem tarefas que são de domínio feminino e tarefas de domínio masculino, provindas das relações de gênero.

Além disso, todas relatam ter boas memórias sobre viver na comunidade por conta da liberdade de falar a língua materna, de banhar-se no rio, de comer suas comidas tradicionais, de dançar *Parixara* e de viver como parente. Porém, apesar de tudo, a vida “difícil” presente no discurso de grande parte delas, relacionada à falta de emprego e de boas condições de vida, foi um dos grandes motivos para saírem de suas comunidades para cidade.

Na cidade, as mulheres passam a reconstruir suas relações e identidades de gênero, desenvolvendo novas atividades sociais. Logo, faz-se necessário aprender a viver de acordo com as regras desse novo espaço. Algumas questões que elas buscam no meio urbano são conquistar o direito à educação e à saúde diferenciadas, bem como obter os mesmos direitos dos indígenas que moram nas comunidades, além de ter sua identidade de gênero reconhecida.

As experiências das mulheres indígenas no contexto urbano de Boa Vista

Ao chegar à Boa Vista, as mulheres indígenas passam por muitos desafios e estranhamentos e em seus relatos é possível perceber o esforço que fizeram para se ajustarem ao contexto urbano e aprenderem a viver no mundo dos brancos. A língua, os trabalhos de baixa remuneração, quase sempre no âmbito doméstico, vivendo em bairros periféricos, com

⁶ Caldo de peixe moqueado excessivamente apimentado.

⁷ Bebida fermentada proveniente da mandioca.

precariedade de assistência médica e saneamento básico, e, sobretudo a estigmatização e o preconceito social são alguns dos desafios e barreiras que estas mulheres tentam superar para se afirmarem enquanto mulheres e indígenas.

A adaptação à nova língua, no início da vida urbana, é um dos primeiros desafios vivenciados por todos os indígenas que saem da Guiana para o Brasil. As mulheres narram que chegaram na cidade sem saber falar uma palavra em português e aprenderam em convívio com as famílias para as quais prestavam serviços domésticos. Inicialmente, por não saberem falar o português, elas evidenciam que só gesticulavam, apontavam para indicar algo ou balançavam a cabeça afirmativa ou negativamente, mas que, ao longo do tempo, iam aprendendo a se comunicar. De qualquer maneira, a língua se torna uma barreira que dificulta a vida na cidade brasileira, principalmente quando começam a realizar o trabalho em casa de família, no qual ficavam à mercê de preconceitos e maus tratos por não dominar a língua. Muitas relatam que choravam por não entender o que os patrões pediam e que esses brigavam ou ficava furiosos com elas. Assim, o silêncio se torna uma forma de contornar o sofrimento considerado extraordinário (DAS, 2009), advindo da discriminação constante.

A dificuldade não se resume apenas em aprender a língua. Outra questão que apresenta mudança são os hábitos alimentares – na comunidade elas costumam comer *damurida*⁸, farinha, beijú, animais de caça e peixe, enquanto na cidade elas aprendem a comer a comida dos não indígenas. Mesmo agregando novos hábitos, para elas, comer os seus alimentos exerce uma influência significativa para o corpo e o espírito, ajudando a se livrar de diversas enfermidades – comer pimenta, por exemplo, ajuda o corpo a ficar fortalecido e evita doenças.

Apesar dos hábitos alimentares dos não indígenas terem se tornando comuns nas comunidades, todas as mulheres que contribuíram nesta pesquisa faziam questão de manter os hábitos alimentares indígenas em suas casas, principalmente por não se acostumarem definitivamente com a comida do não indígena, apesar de consumi-la, e como forma de afirmação de suas culturas, pois, de acordo com a cosmologia indígena, tal regime alimentar nativo faz bem para o espírito e o corpo. A *damurida* é o prato mais presente na alimentação da família dessas mulheres, principalmente em fins de semana e em datas comemorativas. Também é consumido constantemente o *xibé*⁹, principalmente nos momentos de trabalho com o artesanato.

Além disso, ser mulher indígena na cidade tem suas dificuldades. Onde os rituais de menarca ainda são levados em consideração nesse novo espaço, a construção do corpo também está associada ao processo de construção da pessoa e de gênero. A menstruação, na cultura indígena das terras baixas da América do Sul, é o ritual de passagem da menina para ser tornar mulher – ou seja, que já está pronta para casar e gerar filhos – e a reclusão é obrigatória para se completar o ritual, deixando a

⁸ Caldo de peixe ou carne moqueada extremamente apimentada.

⁹ Bebida à base de água e farinha de mandioca.

MARTES, Nathalia Bianca da Silva; PEREIRA, Melina Carlota. Entre a comunidade e a cidade: deslocamento e trajetórias de mulheres indígenas na cidade de Boa Vista (Roraima, Brasil). *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 326-340, jan./abr. 2023.

menina, agora mulher, em várias situações de restrições de suas atividades diárias, alimentares e contatos sociais. Como nota Lasmar (2005), tal rito tem por finalidade proteger a saúde da menina por meio de rezas xamânicas, preparando-a para uma nova fase de sua vida (LASMAR, 2005, p.115). Algumas mulheres indígenas destacaram, através de seus relatos, que quando suas filhas entraram na menarca, elas solicitavam um período de afastamento das escolas em que estudavam para respeitar as práticas culturais de seus povos e se resguardar durante esse período.

Quanto às possibilidades de trabalho na cidade, praticamente as únicas oportunidades que as mulheres indígenas encontram estão relacionadas ao serviço doméstico, tais como: diaristas, cozinheiras, babás, empregadas domésticas e como caseiras em chácaras e fazendas próximas de Boa Vista. Em sua grande maioria, são oportunidades indicadas por parentes que já residem a mais tempo na cidade para trabalhar em casas de família que geralmente tem preferência por moças jovens e que tenham disponibilidade para dormir.

Além disso, o salário que recebem não corresponde às normas trabalhistas, sendo comum receber roupas e alimentos em vez de uma remuneração condizente em troca dos serviços prestados. Todavia, obedecer aos patrões é garantia de manter o emprego para sobreviver na cidade. Em muitos casos, por não ter conhecimento do mundo dos “brancos”, resta-lhes se subordinar a eles, concordando em exercer o serviço com longas jornadas de trabalho, morando na casa da família para quem presta serviço – sobretudo as mulheres indígenas solteiras – e recebendo salários abaixo do que é considerado o mínimo, não condizente com as leis trabalhistas, além de se submeterem a todo tipo de situação desfavorável.

Para os indígenas que moram na Guiana, possuir a identidade brasileira é considerado um prestígio, pois garante, no Brasil, a possibilidade de acesso aos serviços de assistência governamental que não são considerados suficientes na Guiana. Esse fluxo transfronteiriço movimenta a dinâmica das fronteiras sociais, como também é um elo para que a identidade étnica seja afirmada para o acesso ao outro lado da fronteira.

Décadas atrás, em diversas situações, principalmente em convívio com os não indígenas, o pertencimento étnico era omitido por parte dos próprios indígenas, sob circunstâncias de preconceito e discriminação. Para Ferri (1990), o problema desta realidade estava na própria cidade que subjugava os povos nativos e forçava-os a reprimir o que os tornam diferente, submetendo-se a condições de imposição e preconceito. Nesse aspecto, as mulheres narram que as formas de preconceito que enfrentam estão associadas a imagem do indígena estereotipado, que por algum tempo fez com que elas negassem suas origens étnicas para serem aceitas no contexto urbano. A maneira como a população indígena é concebida no imaginário nacional é fruto da estigmatização que contrapõe a vida na aldeia com a vida na cidade e “o processo de inserção no novo espaço social provoca confrontos frente a não aceitação da

identidade étnica desses agentes sociais por parte dos não índios”. (MAXIMIANO, 2013, p.10). Além disso, existe a ignorância relativa a processos históricos que resultam na mistura com populações negras, no caso do Nordeste brasileiro (OLIVEIRA, 1998).

A questão de ser indígena para a sociedade nacional é a construção de um estereótipo do cabelo liso, olhos puxados e quando se deparam com indígenas que não correspondem a esse estereótipo, não são considerados indígenas. Ademais, o fato de terem indígenas vivendo na cidade reforça a descaracterização como índios e passam a ser vistos como “civilizados”. Essas situações seria uma forma de negar que existam indígenas com um fenótipo diferente daquele usualmente atribuído a eles por suas representações sociais hegemônicas. A ideia do senso comum é que a partir do momento que o indígena entra em contato com a cidade e o modo de vida do não indígena, este perde sua essência e deixa de ser indígena por completo, pensado como um ser deslocado, e percebendo esse imaginário etnocêntrico que submete os indígenas a estigmas que perpassam séculos.

Umas das formas de enfrentar essas situações e lutar por visibilidade social se dá através de movimentos e associações indígenas, principalmente na cidade, que se tornam grupos ou espaços destinados ao compartilhamento de universos simbólicos e agregam também o desejo de poder transitar no contexto urbano sem ser obrigado a omitir a identidade étnica e, assim, superar as barreiras do preconceito.

Agência feminina indígena: afirmação indígena na cidade

A ideia dicotômica de que a mulher está para a esfera doméstica assim como o homem está para a esfera pública se perde nesse novo espaço com novas transformações sociais. Vanessa Lea (1994), em seu artigo sobre os Kayapó, mostra que essa dicotomia é um tanto paradoxal e que a suposta separação entre os dois sexos tem mais a conotação de complementaridade. Partilhando a ideia de Lévi-Strauss sobre a noção de agente, a autora afirma que “é enquanto agente que o indivíduo desempenha um papel na reprodução ou na transformação do seu mundo” (LEA, 1994, p.87). Nesse sentido, as relações de gênero também estão inseridas nesse papel, que contribui na construção de uma estrutura social.

Por meio da experiência entre as mulheres Macuxi, Cavalcante (2013) mostra que as mulheres indígenas são agentes ativos, em particular no âmbito da comunidade e dos movimentos sociopolíticos. A inserção das mesmas nesses movimentos se deu a partir da articulação de organizações indígenas para tratar da demanda por territórios indígenas. Essas organizações marcavam a presença da mulher inicialmente de forma tímida, quase sempre sem voz ativa. Porém, essa situação passou a se reverter e elas começaram a lutar e ganhar protagonismo. Sob o argumento de que a mulher indígena necessitava de representatividade por meio de uma organização específica, em 1999 foi criada a OMIR –

Organização das Mulheres Indígenas de Roraima –, proporcionando participação e voz ativa nas tomadas de decisão importantes para seus povos em todos os contextos, além de reivindicações específicas, articulando e fortalecendo o protagonismo feminino no campo político coletivo. Elas se tornaram também agentes decisivas em outras organizações, como no CIR – Conselho Indígena de Roraima – ou exercendo outras atividades importantes, tais quais as de professoras e agentes de saúde. Passaram, inclusive, a atuar como tuxauas de suas comunidades e a conquistar cargos políticos, como destaca a autora:

Entre os povos indígenas da Amazônia, além das atividades tradicionais, como aquelas voltadas para o cuidado com a casa, crianças e as atividades nas roças, ressaltadas por R. Schomburgk em 1838, as mulheres passaram a ocupar novas (e renumeradas) atividades que se estabeleceram em suas comunidades (...). As novas funções ou atividades exercidas pelas mulheres, em grande medida, encontram-se articuladas às políticas públicas conquistadas pelos indígenas ao longo das últimas décadas. [...] Ao ocupar esses novos espaços de trabalho e ação política, as mulheres vêm transformando as relações com os homens, especialmente com os maridos, e as mulheres mais velhas que não tiveram acesso à educação escolar. Não estou, no entanto, sugerindo que esse empoderamento surgiu com o contato, mas que a intervenção das políticas públicas, seja de origem governamental ou não governamental, tem impactado as relações de poder entre homens e mulheres e entre as próprias mulheres (...). (CAVALCANTE, 2013, p.102)

É no contexto da associação que essas mulheres se mobilizam com o objetivo de trabalhar respeitando a cultura e conhecimentos indígenas, além de ser um espaço político onde se elaboram estratégias de fortalecimento social. Na Associação Cultural Indígena Kapóí, elas divulgam tais conhecimentos através da produção artesanal, da dança do *Parixara*, da culinária indígena como a damurida e beiju, da medicina tradicional como a defumação e produção de “garrafadas”. Vale destacar que a associação não é composta apenas por mulheres. No entanto, elas representam o maior número de participantes, sempre atuantes e com voz ativa, conquistada com muita luta.

A sede da associação Kapóí funciona como um centro de apoio através dos encontros e eventos que promovem a sociabilidade entre os parentes consanguíneos e afins. É lá que são feitos e/ou comercializados os artesanatos, beiju e farinha, e ainda ocorrem ensaios da dança *Parixara*, além de reuniões, oficinas e palestras para conversar e debater demandas para os indígenas que vivem na cidade. No último domingo de cada mês é realizado uma feirinha na sede da associação onde os membros, em sua maioria mulheres, comercializam comidas, bebidas, roupas e artesanato para visitantes.

A confecção e comercialização do artesanato, tanto em casa quanto dentro da associação, gera uma pequena renda que ajuda nas necessidades básicas das famílias dessas mulheres. Com isso, elas passam a ter controle sobre seu tempo e recursos financeiros, ajudando com a renda de seus trabalhos, situação não tão diferente no contexto da aldeia, onde a família nuclear é responsável pelo sustento de todos os membros familiares (RIVIÉRE, 2001), no caso da região da Guiana. Para as mulheres trabalhar com o artesanato é uma forma de gerar renda ou, como elas dizem, é uma forma de “achar dinheiro”, uma possibilidade que permite certa autonomia ao conseguirem o seu próprio dinheiro e poderem sustentar seus lares. Algumas encontram na produção do artesanato a chance de deixar de ser empregadas domésticas e passam a viver da renda dos seus trabalhos. Além disso, o artesanato é um instrumento de visibilidade indígena no contexto urbano e um conhecimento ancestral que emprega habilidades e técnicas passadas de geração a geração, que exprime uma riqueza de significados em cada peça confeccionada.

A língua materna também é um instrumento de afirmação no contexto urbano e, tanto na associação quanto em suas casas, as mulheres tentam transmitir seus conhecimentos e ensinar a língua para os mais jovens, seja Macuxi ou Wapichana. De acordo com Lasmar (2005), a língua nativa também se torna um instrumento de afirmação e se apresenta tanto como um fator importante de pertencimento étnico como um marcador de identidade:

De uma maneira geral, não seria infundado dizer que os índios recorrem à língua [...] para demonstrar seu pertencimento a um grupo. A língua falada por uma pessoa é o traço mais imediatamente visível de sua identidade social. (LASMAR, 2005, p.55).

Existe também, como processo de afirmação, a luta por reconhecimento indígena no espaço urbano através do RANI – Registro Administrativo de Nascimento de Indígena –, expedido pela Funai, que lhes garante direitos como cidadãos e como indígenas, que dá acesso, principalmente, à educação básica e superior. A associação Kapóí luta para tentar facilitar o acesso dos membros e parentes indígenas da cidade ao RANI que, em grande parte, vem sendo negado para os que residem na cidade e que já estão inteiramente imersos no modo de vida urbanizado. Souza e Repetto (2007) destacam a dificuldade de muitos indígenas que vivem na cidade em conseguir o RANI, impedindo-os de concorrer a vagas especiais para estudar na universidade ou de conseguir bolsas de estudos, por exemplo. Para conseguir, o indígena precisa provar sua identidade étnica, sendo a proficiência na língua materna uma das provas exigidas.

Ao falar sobre aspectos da migração e da presença dos indígenas urbanos em Boa Vista, Souza (2012) procura explicar que, apesar do contato interétnico, no qual os indígenas adquirem determinados traços culturais do comportamento urbano, eles procuram manter traços de sua

cultura na cidade como elemento de sua identidade étnica. Reproduzir danças, pinturas, comidas típicas da culinária indígena, rituais e artesanatos indígena são alguns dos modos mais comuns do indígena evidenciar sua cultura em meio ao contexto urbano. Para melhor compreensão, entendemos como dois sistemas culturais presentes que vivem no contexto das relações que são agenciadas de acordo com a necessidade dos sujeitos.

As mulheres indígenas tornam suas participações cada dia mais efetiva no contexto urbano e a produção artesanal, a dança parixara e a manifestação de outros elementos da cultura indígena é uma das grandes estratégias para evidenciar a existência e a afirmação da cultura de seus povos.

Considerações Finais

O território que compreende hoje a cidade de Boa Vista já foi área de aldeias das etnias Paraviana, Makuxi e Wapichana, que viviam na região do Rio Branco. Nessa situação, o contingente de indígenas da cidade que vive hoje no espaço urbano boavistense clama o reconhecimento de direitos como antigos habitantes desse território (OLIVEIRA, 2016). No que tange à noção de território, de acordo com as mulheres indígenas, e não somente para elas como para os vários povos habitantes dessa região, se consideram como “indígenas sem fronteira”. Sem fronteira no sentido de reforçar o deslocamento dentro do mesmo território considerado sagrado e sendo uma prática milenar. Nesse sentido, corroborando o autor Santilli (1989) em sua análise sobre a mobilização dos povos Macuxi, a categoria de migração não se adequaria. Uma vez que a mobilidade não afetava a densidade populacional, o que os indígenas dessa região fazem é se deslocar dentro de um território ancestral. Logo, a identidade indígena não se perde, o indígena pode ir para qualquer lugar do mundo que nunca deixará de ser indígena e o território é um bem coletivo que carrega a história de vários povos indígenas.

Ser indígena na cidade é confrontar toda uma ideologia construída a partir do imaginário da sociedade não indígena. Na verdade, os indígenas negociam alguns elementos da cultura não indígenas, ou seja, na cidade há incorporação de costumes e valores urbanos, mas a persistência da vida na comunidade é entendida como manutenção da cultura nas condições da vida urbana, é o processo duplo da presença da aldeia na cidade e da cidade na aldeia, no qual “a construção das identidades das mulheres indígenas as coloca na posição de ter que preservar os valores tradicionais e afirmar sua tradição étnica, ao mesmo tempo em que têm de lutar contra as desigualdades específicas de seu gênero” (SACCHI e GRAMKOW, 2012, p.18). Nesse novo contexto social, as mulheres indígenas “trazem toda a sua história sociocultural e misturam com elementos socioculturais urbanos, sem, contudo, perderem suas identidades étnicas” (OLIVEIRA, p.82, 2016).

Desse modo, para elas a experiência de viver na comunidade e na cidade apresentam modos de vida distintos, o que acarreta a transformação das relações sociais de cada uma. Na comunidade, vive-se em coletivo, igual a um corpo único, ligado por laços de parentesco, um modo de viver de forma que as atividades são divididas e complementadas. Em geral, a identidade sexual e a relação entre os indígenas são marcadas pela divisão das atividades produtivas, nas quais os homens são responsáveis pela caça e pesca, pela derrubada e preparo das roças, enquanto que as mulheres se responsabilizam pelo plantio dos alimentos e pela confecção da comida cotidiana e ritual. Então, viver na comunidade é estar perto dos seus costumes e tradições, ao passo que na cidade os modos da vida urbana provocam um certo estranhamento no primeiro momento, de choque cultural, da barreira de língua e na adaptação nesse novo modo urbano.

É importante ressaltar que a memória social dessas mulheres evidencia a produção de identidade étnica no espaço urbano, onde suas trajetórias e experiências nesse espaço as levam a refletir sobre estratégias de sobrevivência em contextos sociais distintos. Observa-se, ainda, processos de transformações nas relações de gênero, novas formas de protagonismo feminino, mostrando que as mulheres indígenas, cada vez mais, vêm ocupando espaços públicos, em organizações e associações direcionadas a pensar e propor ações voltadas para a melhoria das suas condições de vida.

Essas mulheres procuram tornar suas participações cada dia mais efetiva no contexto urbano e a reprodução de hábitos culturais também é uma das grandes estratégias para evidenciar a existência e a afirmação da cultura de seus povos. Ser mulher indígena nesse contexto é procurar, antes de tudo, preservar os valores tradicionais e lutar contra as desigualdades específicas de seu gênero. Apesar de viverem na cidade, suas relações com a comunidade de origem ainda persistem, onde sempre que possível retornam à comunidade para visitar os parentes e vice versa.

Referências bibliográficas

BAINES, S. G. Os povos indígenas Wapichana e Makuxi na fronteira BrasilGuiana região do Maciço Guianense. **Revista Brasileira do Caribe**, São LuisMA, Brasil, Vol. XIII, n. 25, p. 131-157. Jul - Dez 2012.

CAMARGO, Leila Maria. Do silêncio ao discurso: a condição da mulher indígena em Boa Vista. In: **Moradores da Maloca Grande: reflexões sobre os indígenas no contexto urbano**. Carmen Lúcia Silva Lima e Carlos Alberto Marinho Cirino (org.). Boa Vista: Editora da UFRR, p. 213-239, 2016.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. IN: **O trabalho do antropólogo**. 2.ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, p.17-35, 2000.

CAVALCANTE, Olendina de Carvalho. Gênero e agência feminina Makuxi. In: **Textos & Debates**. Boa Vista, n.18, p. 93-111. 2013.

DAS, Veena. **Life and words**. Violence and the Descent into the Ordinary. Berkeley: University of California Press, 2007.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1ª Edição, 13ª reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

FARAGE, N. **As muralhas dos sertões**: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

FERRI, Patrícia. **Achados ou perdidos? – A imigração indígena em Boa Vista**. Goiânia: MLAL, 1990.

KOCH-GRUNBERG, Theodor. **Do Roraima ao Orinoco**. V.1: observações de uma viagem pelo norte do Brasil e pela Venezuela durante os anos de 1911 a 1913. São Paulo. Editora UNESP, 2006.

LASMAR, Cristiane. **De Volta ao Lago de Leite**. Gênero e transformações no alto rio Negro. São Paulo: Editora da UNESP/ISA; Rio de Janeiro: NUTI, 2005.

LEA, Vanesa R. Gênero Feminino Mebengokre (Kayapó): Desvelando Representações Desgastadas. In: **Cadernos Pagu** (UNICAMP. Impresso) Campinas, v. 41, n. 3, p.85-116, 1994.

MARCELIN, L. H. A linguagem da casa entre os negros no Recôncavo Baiano. **Mana**. vol.5, n.2, pp. 31-60. 1999.

MAXIMIANO, C. A, Mulheres Indígenas: Diálogo Sobre a Vida na Cidade. **Ponto Urbe [Online]**, nº13, 2013. Disponível em: <http://pontourbe.revues.org/672>. Acesso em: 27/06/2016.

MELO, Luciana Marinho de. A formação sociocultural de Boa Vista – Roraima e os MARTES, Nathalia Bianca da Silva; PEREIRA, Melina Carlota. Entre a comunidade e a cidade: deslocamento e trajetórias de mulheres indígenas na cidade de Boa Vista (Roraima, Brasil). **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 326-340, jan./abr. 2023.

povos Macuxi e Wapichana da cidade: processos históricos e sentidos de pertencimento. In: **Textos & Debates**. Boa Vista, n.23, p. 115-133, jan./jun. 2013.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes. A cidade de Boa Vista e os índios urbanos em áreas de fronteira. In: **Moradores da Maloca Grande: reflexões sobre os indígenas no contexto urbano**. Carmen Lúcia Silva Lima e Carlos Alberto Marinho Cirino (org.). Boa Vista: Editora da UFRR, p. 75-85, 2016.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: **Mana**, vol.4, n°1. Rio de Janeiro, p. 47-77, Apr.1998.

RIVIÈRE, Peter. **O Indivíduo e a Sociedade na Guiana: Um Estudo Comparativo sobre a Organização Social Ameríndia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

SACCHI, A e GRAMKOW, M. M. **Gênero e povos indígenas: coletânea de textos produzidos para o "Fazendo Gênero 9" e para a "27ª Reunião Brasileira de Antropologia"**. Rio de Janeiro, Brasília: Museu do Índio/ GIZ FUNAI, 2010.

SANTILLI, P. **Os Macuxi: História e política no século XX**. Campinas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 1989.

SOUZA, Ana Hilda Carvalho de. **Indígenas urbanos de Boa Vista/RR: aspectos de migração e estado de pobreza**. Trabalho apresentado no 1º Seminário Internacional Sociedade e Fronteiras. Boa Vista. UFRR. 2012.

SOUZA, Eliandro Pedro de. REPETTO, Maxim (orgs.). **Diagnóstico da situação dos indígenas da cidade de Boa Vista – Roraima**. Boa Vista: Gráfica Ióres, 2007.

Recebido em: 15/03/2023 * Aprovado em: 10/04/2023 * Publicado em: 30/04/2023
